

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL, FRENTE AOS DESAFIOS EDUCACIONAIS PROPOSTOS PELO MST

Prof. Dr Luiz Bezerra Neto
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof. Dra. Maria Cristina dos Santos Bezerra
UNISAL/Americana

RESUMO:

Discutimos neste texto a proposta educacional do MST, buscando apresentar a forma como se estrutura essa proposta e os condicionantes teórico-metodológicos que dão o suporte às práticas pedagógicas implantadas pelo Movimento. Objetiva-se mostrar que embora defendam a educação da mesma forma que defendem a reforma agrária e o acesso a terra, com o entendimento de que a educação deve ser um dos principais instrumentos para a transformação social, devendo ser aberta para o mundo e para o novo, com acessibilidade a todos os trabalhadores e seus filhos, há uma série de contradições na formulação da proposta pedagógica, principalmente em relação à metodologia adotada para o ensino, um misto de construtivismo, existencialismo cristão e materialismo, passando ainda pela influência nacionalista. Pauta seu trabalho educativo nos Parâmetros Curriculares Nacionais, de cunho neo-liberal, mostrando as contradições presentes na compreensão de luta, de sociedade e educação.

Palavras-chave: ensino rural, proposta educacional, transformação social.

ASPECTS OF THE AGRICULTURAL EDUCATION IN BRAZIL, FRONT TO THE EDUCATIONAL CHALLENGES CONSIDERED BY THE MST

ABSTRACT:

We argue in this text the proposal educational of the MST, searching to present the form as if structure this proposal and the conditionings theoretical - methodologies that they give the support to practical the pedagogical ones implanted by the Movement.

The objective was to show that even so they defend the education in the same way that they defend the agrarian reform and the access the land, with the agreement of that the education must be one of the main instruments for the social transformation, having to be opened for the world and the new, with accessibility to all the workers and its children, have a series of contradictions in the formularization of the proposal pedagogical, mainly in relation the methodology adopted for teach, a compound of constructivism, existentialism Christian and materialism, passing still for the influence nationalist. Guideline its educative work in the National Curricular Parameters, of a “neoliberal” matrix, showing to the contradictions gifts in the understanding of fight, society and education.

Key words: educational agriculture education, proposal, social transformation.

Para discutir a educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹, é preciso compreender os processos de educação implementados no Brasil ao longo de nossa História, bem como compreender a importância que os movimentos populares, sobretudo, o movimento em questão têm para a construção da democracia. Consideramos ainda, que para o entendimento do projeto educativo do MST, precisamos aprofundar a discussão sobre as várias propostas de educação formuladas para o homem do campo ao longo da história do Brasil.

O projeto educativo de qualquer movimento, como não poderia deixar de ser, está diretamente ligado à sua proposta política e sua concepção de mundo. Por isso, é preciso ter em conta que uma das discussões recorrentes diz respeito ao caráter do MST, no sentido de se saber se este é um movimento revolucionário ou reformista, dado que foi criado no Brasil, um grande preconceito contra as reformas, passando-se a idéia de que toda reforma é por si mesma reacionária. Nesse sentido, é preciso deixar claro que todos que temos tradição de esquerda desejamos que haja profundas mudanças na realidade em que estamos inseridos, preferencialmente pela via revolucionária. No entanto, para o trabalhador, quaisquer mudanças que levem à melhoria de sua condição de vida são fundamentais para que ele possa ampliar suas possibilidades de acesso aos bens por ele produzidos.

Entre os bens produzidos pela sociedade e, que precisam ser disponibilizados para a classe trabalhadora e, principalmente para os trabalhadores rurais sem terra, está a educação, que segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1984) sempre constou como preocupação básica nas propostas de ação do MST, levando o movimento a defender, lutar e até conquistar a implementação de escolas itinerantes, que acompanhem as ocupações de terra por todas as regiões do país.

Para implementar seu projeto educativo, o MST, tem defendido não só a educação básica, mas também o acesso ao ensino superior com propostas que contemplam a pedagogia da terra, implementada ou em processo de implantação por várias universidades públicas, levando-nos a refletir sobre essa tendência que vem nascendo nas ocupações de terra e se consolidando nos assentamentos rurais, fazendo do movimento político da luta pela terra, igualmente, um movimento político para a transformação social e pelo acesso à educação para todos. Esse processo de luta tem levado a um aprendizado prático em que se aprende lutando e luta-se para aprender. Para o MST, essa é a marcha inexorável dos camponeses rumo à sua libertação, pois é através da luta que se constrói uma posição de classe na sociedade capitalista. Lutam pelo que não têm, para ter aquilo pelo que lutam. Assim procuram destruir o latifúndio e sua concentração de terra, poder, saber e tudo o mais que está concentrado na sociedade brasileira.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1984) acredita ainda que, como movimento social de luta por direitos, os trabalhadores sem terra inovam na forma de construir uma outra maneira de fazer política e participar da coisa pública no país, uma vez que fazem política de massa, sendo esse o motivo pelo qual esse movimento tem causado tanto medo às elites, já que representa a negação da forma histórica com que as elites e a esquerda sempre fizeram política, ao mesmo tempo em que impõe um novo conceito de participação e de luta social e política no Brasil.

Entre as mudanças consideradas fundamentais pelo MST, estão a Reforma Agrária, necessária para melhorar a distribuição de renda no Brasil e a educação, tida como condição essencial para a promoção da igualdade política e para o direito de cidadania.

¹ O MST foi escolhido para análise, por ter sido o mais organizado e representativo dos movimentos de luta pela terra no último quarto do século XX, ter resistido às investidas neoliberais do período e ter adentrado o século XXI ainda como um importante movimento de organização dos trabalhadores. Afora isso, o Movimento tem uma proposta de educação social bastante consolidada.

Nesse sentido, o país deveria fazer reformas profundas, tanto no aparelho do Estado, como nas formas de acesso a suas estruturas e aos bens que estão sob sua égide.

Não basta, porém, praticar qualquer tipo de educação. A educação considerada ideal deve estar voltada para o homem do campo, fazendo com que este compreenda as causas de sua miséria e os mecanismos de dominação utilizados pela elite dominante do país. É nesse sentido que a educação que o movimento reivindica, deve ser específica para o trabalhador do campo, mais ainda, deve ter um caráter questionador da atual estrutura social.

Partindo desse pressuposto, o MST considera que a situação educacional do Brasil ainda é muito, "perversa", visão confirmada pelo Censo de 2000 sobre educação, divulgado pelo IBGE no dia 2 de dezembro (2003) cujos dados mostram que *“o número de não-alfabetizados brasileiros é quatro vezes maior que o de brasileiros com curso superior completo”* o que aponta a existência de 24 milhões de analfabetos no país, ou 16% da população acima dos cinco anos. Isso *equivale dizer que aproximadamente 24 milhões de brasileiros não possuem uma das condições básicas para serem cidadãos participantes de uma sociedade letrada*. Para o MST, esta forma de exclusão que se dá principalmente através da exclusão escolar constitui-se em um dos mais perversos meios de dominação imposto à sociedade brasileira, sobretudo àquela parte que reside no campo.

Outro problema bastante sério na educação brasileira está no fato de suas mazelas não se restringirem apenas ao número de analfabetos. Os dados apontam que a defasagem na relação idade-série ainda é bastante grande, principalmente dentre os que têm 15 anos ou mais, visto que entre 15 e 17 anos, faixa em que o estudante teria que estar no ensino médio, 55% ainda se encontrava, no final do século XX, no ensino fundamental.

Para agravar a situação, dentre os jovens que se situam entre 18 e 19 anos, idade considerada ideal para que o estudante ingresse no ensino universitário, 49% ainda permanece cursando o ensino médio e 34% no fundamental, sendo que somente 17% se encontram no curso superior. Outro fato que chama a atenção nesta faixa etária, diz respeito à permanência na escola, que conta com apenas 50% desses jovens. Dos adultos situados na faixa etária entre 20 e 24 anos, idade adequada para que o estudante conclua a universidade, somente 25% ainda frequenta alguma escola ou universidade, sendo que destes, 37% ainda se encontram no ensino médio, e somente 31% na graduação, restando um índice de 32% que frequenta o ensino fundamental. Essa situação é ainda mais grave no que diz respeito ao meio rural, como veremos mais adiante.

Ainda buscando entender tal situação, constatamos que segundo o IBGE durante a década de 1990, 44% da população concluiu apenas até a 3ª série do ensino fundamental, sendo que quase um terço da população da área rural não teve acesso a nenhum tipo de educação escolar. Este contingente populacional que é excluído do sistema regular de ensino permanece sem escolaridade ou quando a tem não ultrapassa um ano de estudo. A mesma pesquisa mostra também que o brasileiro pobre permanece em média de quatro a sete anos nas escolas, quando o mínimo exigido na educação básica é de oito anos. Se considerarmos que o ensino médio tem sido imposto como condição para a melhoria nas condições de empregabilidade e rendimentos, veremos que esses números são ainda mais preocupantes, dado que somente 18% da população conseguia, nesse período, atingir esse nível de ensino. Outro dado interessante para ser analisado, embora não seja objeto deste texto, é que somente 3,43% da população conseguia concluir o curso superior na idade adequada, sendo a proporção de brancos cinco vezes maior que a de negros, pardos e indígenas nesse quesito.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua luta pela Educação

Para o MST, uma das grandes lições que pode ser tirada de sua história é que lutar pela terra é muito importante, mas que esta luta isolada não basta, visto que a conquista da reforma agrária deve ser algo bem mais amplo, implicando na conquista de todos os direitos sociais que compõem o que se poderia chamar de cidadania plena. Nesse sentido, a educação é tida como um destes direitos, pelo qual também é preciso mobilização, organização e lutas em nosso país, dado que, como vimos, grandes parcelas da classe trabalhadora ficam excluídas de seu acesso.

Nesse sentido, o Movimento entende que a educação deve acontecer como processo, desde a participação das crianças, das mulheres, da juventude, dos idosos, construindo novas relações e consciências, até a participação nas marchas, assembléias, cursos, caminhadas, trabalhos voluntários, gestos de solidariedade, ocupações, mobilizações, (além do ato de) aprender e ensinar o alfabeto, e mais que isso, o ato de ler e escrever a realidade e a vida.

De acordo com o MST, através de informações divulgadas em seu sítio na internet, em janeiro de 2006, o Movimento atingia um universo de 1.800 escolas de Ensino Fundamental, em que 160 mil crianças e adolescentes freqüentavam suas salas de aula tanto em acampamentos como em assentamentos, (www.mst.org.br) o que por si só, demonstra a importância que esse movimento tem no sentido de contribuir para que setores excluídos da escola possam integrar-se à mesma, bem como adquirir outros bens socialmente produzidos, além do saber e da terra.

Apesar do esforço demonstrado pelo movimento em atender a todas as pessoas que residem nos acampamentos e assentamentos, segundo o MST, ainda é grande o número de crianças e adolescentes fora da escola. As questões alegadas para tanto são de várias ordens das quais predominam as seguintes: muitas vezes, as escolas dos acampamentos ainda não são reconhecidas como legal, outras vezes não se respeita uma proposta de currículo adaptada às necessidades dos filhos de trabalhadores rurais, tornando o ensino distante da realidade do educando. Por essas razões, o MST, juntamente com outros movimentos que atuam no campo, vem defendendo uma proposta de pedagogia apropriada para o trabalhador rural, popularmente denominada de pedagogia da terra, ao invés de defender uma escola única para todos, nos ensinos fundamental e médio, como propunha Gramsci. Escola essa que seria mais democrática, pois daria a todos, oportunidades iguais de acesso à universidade.

A pedagogia da terra, além de contar com currículo elaborado especificamente para o trabalhador do campo, deve levar em conta que o ano escolar, não necessariamente deve se dar de acordo com o ano civil, pois os períodos de plantio e de colheita, momento em que o trabalhador rural precisa ter mais disponibilidade para se dedicar ao processo produtivo, devem ser levados em consideração. Nesse sentido, os cursos devem ser divididos em tempo escola e tempo comunidade, momento em que se deve colocar em prática a articulação entre o trabalho braçal e o trabalho intelectual, praticado tanto por seus professores quanto pelos alunos.

Ainda segundo informações do setor de educação do MST, o Movimento conta com cerca de três mil e novecentos educadores, trabalhando diretamente com estas escolas, além disso, dispõe ainda de duzentos e cinquenta educadores que atuam nas Cirandas Infantis, alfabetizando as crianças de até seis anos de idade. Nesse universo todo, ainda dizem contar com cerca de três mil educadores de alfabetização de jovens e adultos, atingindo um total de trinta mil alfabetizando e aproximadamente sete mil educadores (www.mst.org.br).

A proposta de uma escola específica para os trabalhadores do campo, defendida pelo MST, em muitos pontos aproxima-se do ideário dos educadores ruralistas da primeira metade do século XX, que entendiam que a partir da educação poderiam fixar o homem no campo, sem levar em conta que o que realmente pode fixar o trabalhador numa determinada realidade são as condições econômicas oferecidas para a sua sobrevivência. Em seus princípios, o MST afirma que quer “*Uma educação voltada para a realidade do meio rural, que ajude a solucionar os problemas do dia-a-dia e contribua para a manutenção dos trabalhadores do campo*” (www.mst.org.br), sem considerar que a educação é sempre fruto da sociedade contemporânea.

Vale ressaltar que as escolas dos assentamentos em sua maioria são públicas, mantidas pelo Estado, enquanto que em muitos acampamentos ainda não há essa garantia, o que obriga o Movimento ampliar a luta por esse direito, que já foi conquistado no estado do Rio Grande do Sul, com a aprovação a partir de 1996, da Escola Itinerante, através do Conselho Estadual de Educação. Essa escola, que atende crianças de sete a doze anos de primeira à quinta séries, por ser itinerante, vai para onde o acampamento for, garantindo a educação elementar para esse segmento da classe trabalhadora.

A educação no MST vem sendo organizada há quase duas décadas, visto que já em 1987 o Movimento constituiu um setor específico para tratar da questão da escolarização dos seus assentamentos e acampamentos. Esse setor está organizado em todos os Estados em que o Movimento Sem Terra está presente, existindo também um Coletivo Nacional de Educação, composto por representantes dos Estados, que se reúne cerca de três vezes ao ano, para que, a partir das demandas existentes, possam fazer discussões, tirar linhas de ação e pensar os encaminhamentos para os trabalhos a ser desenvolvidos no futuro.

Para viabilizar o setor educacional e impulsionar o conjunto de suas ações, o Movimento se organiza nas chamadas Frentes de Trabalho. Assim, eles têm as seguintes frentes:

- 1- **Frente de Educação Infantil (ciranda infantil):** envolve o conjunto de trabalhos que vão desde o período de gestação dos bebês até atividades com as mães, estudos de maneiras de educar os filhos, buscas de alternativas para enriquecer a nutrição, atividades educativas com as crianças até os 6 anos de idade;
- 2- **Frente de ensino fundamental:** reúne os alunos, os professores, os pais e a comunidade. Organiza-se a partir das necessidades locais e coletivas, na implementação de escolas dentro dos assentamentos, na luta pela garantia e respeito de uma proposta pedagógica nascida e adequada à necessidade dos filhos de trabalhadores rurais. Deve, ainda, buscar fazer com que as aulas partam da realidade do meio rural, respeitando a especificidade do meio com vistas a ampliar os níveis de conhecimento de seus educandos. A luta vai também no sentido de garantir escolas de 5ª a 8ª séries com conteúdos pedagógicos voltados para a produção, ajudando desde aí a encontrar meios de desenvolver o meio rural, e fortalecer nos jovens e adolescentes o amor por permanecer na Terra;
- 3- **Frente de Educação de Jovens e Adultos:** com o objetivo de romper com essa herança derrubada em cima dos trabalhadores rurais, condenando-os há séculos a verem seus direitos básicos como saber ler e escrever, sendo negados. A meta é romper com as cercas do analfabetismo e decretar as áreas de atuação do MST, territórios livres do analfabetismo (www.mst.org.br).

Contam ainda com a frente de formação dos formadores que é composta por pessoas que acompanham os conteúdos, as propostas pedagógicas, as linhas de formação, as práticas, enfim, o conjunto do que compõe a formação dos que estudam no ensino médio e na graduação dentro da proposta do MST. Em seu sítio o movimento afirma ainda, estimular e procurar “ajudar a viabilizar que os jovens individualmente prestem vestibular e possam estudar em carreiras tradicionais em nossas universidades”. O que reforça a tese daqueles que afirmam que na teoria o movimento é revolucionário, mas na prática aceita os ditames do capitalismo e não desenvolvem um movimento de massa em defesa de universidade pública, gratuita e de qualidade para todos, pois se propõem a aceitar as regras vigentes de um sistema educativo orientado para a mercoescola, mesmo que tenham conquistado junto aos órgãos governamentais a criação de vários cursos em convênio com o INCRA, principalmente através do programa nacional de educação na reforma agrária (PRONERA).

Ainda de acordo com informações do MST, existem mais de cem estudantes ligados ao movimento em diversas universidades brasileiras, além dos cursos que são realizados em parceria. Contam também com dezenas de estudantes pertencentes a seus quadros cursando a Escola Latino-Americana de Medicina em Cuba, além disso, há filhos de assentados que se formaram em universidades e hoje exercem atividades no MST como agrônomos, advogados, jornalistas, professores e pesquisadores.

O movimento tem participado também da “Articulação por uma Educação Básica do Campo” que teve origem na Conferência realizada em julho 1998, e tem como um de seus objetivos principais, articular e propor um modelo de Educação para o meio rural, o que nos permite relacionar as ações do movimento com o ruralismo pedagógico da primeira metade do século XX, em que se acreditava que, por meio de uma pedagogia adequada, se pudesse fixar o homem no campo², como já mencionado.

Princípios Educativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O MST defende que seu setor educacional deve ter algumas bandeiras permanentes de lutas apoiadas em princípios considerados como condição *sine qua non* para o avanço das lutas sociais: Direito à educação básica e construção de uma escola, de uma pedagogia e de metodologias e práticas educativas adequadas à realidade do homem do meio rural e conseqüentemente dos assentamentos formados no processo de reforma agrária, conquistados a partir de suas lutas.

O Movimento, coerente com sua História em defesa de um estado governado pela classe trabalhadora e a serviço desta, defende que as escolas dos assentamentos devem ser públicas, gratuitas e de boa qualidade. Nos acampamentos também querem garantir escolas públicas para todas as crianças e adolescentes, tal qual ocorre no Rio Grande do Sul, Estado em que conquistaram a Escola itinerante para seus acampamentos. Esta escola, por suas características e definições deve acompanhar os acampamentos para onde eles forem na luta pela terra.

Com relação à metodologia adotada para o ensino, embora se autodenominem construtivistas, fazem o que Luiz Bezerra (1999) denominou de ecletismo pedagógico², pois dizem inspirar-se nas obras de “grandes mestres pedagogos”, que viam na educação um dos principais caminhos para a verdadeira libertação da pessoa humana, em especial Paulo Freire. Adotam ainda propostas às vezes inconciliáveis do ponto de vista metodológico, chegando a utilizar os pressupostos tanto de um existencialista cristão como

² BEZERRA NETO, Luiz. Sem Terra ensina e aprende: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas, 1999, coleção polêmicas do nosso tempo n.67.

Paulo Freire até de um materialista como Makarenko, passando por nacionalistas como o cubano Jose Marti. Fazem uso ainda das metodologias educacionais que dão sustentação ao modelo neoliberal no campo educativo, como os princípios piagetianos, através do seu construtivismo.

Defendem também, que a educação deve ser um dos principais instrumentos para a transformação social, sendo aberta para o mundo e para o novo, com acessibilidade a todos os trabalhadores e seus filhos. Nesse sentido entendem que a educação deve estar voltada para o trabalho e a cooperação, além de servir como processo permanente de formação/transformação humana. Para o Movimento, esses princípios pedagógicos devem refletir suas concepções de mundo, mais geral em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendem que seja educação da classe trabalhadora.

Ainda com relação às questões de fundo pedagógico o Movimento defende uma relação permanente entre a prática e a teoria, entendendo que se deve fazer uma combinação metodológica entre os processos de ensino e de capacitação para a compreensão da realidade e suas transformações tanto através do corpo docente quanto do discente. Nesse caso, o professor deve ter uma relação de pertencimento com o movimento, visto que somente assim, terá condições de tomar a realidade como base da produção do conhecimento e dele partir para tornar útil o ensino. Assim, os princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os princípios filosóficos, devendo-se incluir especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, sem esquecer de que é possível a existência de práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. O problema aqui apresentado é que há o perigo de o Movimento não avançar em seus conhecimentos como deseja, pois, ao partir daquilo que a criança já sabe, o professor corre o risco de não ensinar nenhuma novidade ao aluno.

Quanto aos conteúdos trabalhados, fica entendido que devem ser formativos e socialmente úteis, beneficiando a toda a classe trabalhadora. Nesse caso, a educação seria voltada para o desenvolvimento do trabalho e cooperação, com ensinamentos específicos do proletariado ou mais especificamente nesse caso, a classe trabalhadora do campo. O MST acredita que somente assim, se estabelecerá um vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos e produtivos tão necessários para uma educação ampla e igualitária.

Quando o assunto é financiamento e gestão da educação, entende-se que esta última deva ser democrática, pois deve beneficiar a auto-organização dos estudantes, que terão que se preparar tanto para o mercado de trabalho quanto para o comando político da nação. Assim sendo, a gestão deveria ficar a cargo da comunidade, envolvendo tanto o corpo docente como o discente, mais os membros interessados naquela escola.

O fato de a gestão ser exercida pela própria comunidade não significa, contudo, que essa deva se responsabilizar pelo seu financiamento, que deve ficar a cargo do Estado, visto que é ele que arrecada os impostos pagos pela classe trabalhadora e, administra os recursos que essa classe produz. Esse problema do financiamento poderia ser superado à medida que a classe trabalhadora fosse assumindo o poder na sociedade capitalista e governando de acordo com seus interesses.

A proposta do MST aproxima-se da proposta dos pedagogos ruralistas da primeira metade do século XX, na medida em que para o Movimento, a escola precisa preparar as crianças e os jovens do meio rural, e ajudar a desenvolver neles o amor pelo trabalho na terra além de trazer conhecimentos que ajudem concretamente os assentamentos a enfrentar seus desafios nos campos da produção, da educação, da saúde, da habitação, etc.;

enfim, ao defenderem uma educação que tenha vínculos com a prática produtiva, e possibilite a fixação do trabalhador no campo.

Na concepção dos principais educadores do MST, “*o ensino deve partir da prática e levar o conhecimento científico da realidade.* (www.mst.org.br). Nesse sentido, entende-se que o ponto inicial para o desenvolvimento dos conteúdos a ser ensinados devem ser as próprias experiências de trabalho organizado das crianças e dos jovens no assentamento, o que em grande medida, vai contra os princípios gramscianos da escola única, visto que esta experiência, quase sempre impede o aluno de ter contato com todo o conteúdo necessário para o prosseguimento na universidade, favorecendo ainda mais a desigualdade das condições de ensino, pois quando o aluno chega a alcançar a universidade, corre o risco de estar inferiorizado em relação àqueles que tiveram uma educação propedêutica no ensino médio.

Por outro lado, entende-se que a escola não precisa restringir sua atuação à sala de aula, dado que os alunos devem ser estimulados a “*participar e até organizar campanhas de alfabetização de adultos, elaboração do jornal da comunidade, festas culturais, fazendo reflexão sobre estas atividades para que sejam mais uma experiência que se integre ao conjunto das aulas*”. Para que isso ocorra, o aluno precisa ter vez e voz na escola, levando seu saber e as lições da luta para integrar o currículo.

Para obter o tipo de educação almejado pelo Movimento, seu setor educacional entende que é necessário investir na capacitação dos professores, dado que para que seus princípios se traduzam numa proposta pedagógica renovada defendem que é fundamental a construção de uma nova metodologia de ensino-aprendizagem, em que a relação prática-teoria-prática consiga inverter a lógica usual da apropriação e produção do conhecimento, por isso o MST procura implementar programas específicos de capacitação para os professores que trabalham nestas escolas;

Seguindo essa concepção, eles defendem que a escola “*é um lugar de viver e refletir sobre os valores do novo homem e nova mulher*”, que poderão superar o individualismo, o autoritarismo, o machismo e a falta de solidariedade, próprios da sociedade capitalista. Nesse sentido, entendem que a sociedade precisa reeducar a humanidade através das novas gerações forjadas na luta e, que a escola pelas experiências de relacionamento coletivo que proporciona às crianças e aos jovens, pode ajudar a desenvolver os valores do companheirismo, da igualdade, da fraternidade e o próprio valor da busca coletiva e solidária da felicidade através da luta perseverante pela justiça e pela paz em nosso país e no mundo inteiro. Nesse caso, a escola assume um papel de redentora da humanidade, proporcionadora da equidade social almejada pelos socialistas, transformando-se, portanto, numa grande panacéia que salvará o mundo das injustiças e ignorâncias de nossa sociedade, numa perspectiva idealista, tal qual é defendida pelos seguidores de Paulo Freire.

Filosofia Educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Com relação a seus pressupostos filosóficos, o Movimento afirma que a educação deve ser a mola mestra da transformação da sociedade, dada a influência política que essa exerce sobre a sociedade, por isso, em seu entender, ela deve ser aplicada como forma de estabelecer a justiça entre os indivíduos. Seguindo esse pressuposto, o MST pretende formar militantes para organizações de trabalhadores com a finalidade de desenvolver uma consciência de classe com cunho revolucionário, ligadas às lutas e aos objetivos do Movimento. Nesse sentido afirmam em seus princípios filosóficos que “*queremos preparar sujeitos capazes de intervenção na transformação prática da realidade*”.

Embora o MST alegue que sua proposta de educação tenha um cunho revolucionário, traz o paradoxo de afirmar que toma como base para a sua elaboração os Parâmetros Curriculares Nacionais, que foram formulados a partir de imposições do Banco Mundial e do FMI, com uma concepção neoliberal, seguindo as orientações do relatório Jacques Delors, cujo principal representante é Edgar Morin. É nesse sentido que o MST afirma que a *“escolha do currículo escolar a ser aplicado nas escolas do Movimento segue os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) básicos do Governo Federal. Apesar disso, outras disciplinas, como técnicas agrícolas e comerciais, além de direitos humanos, são acrescidas ao PCN”* (www.mst.org.br). O MST entende ainda, que precisa *“dar ênfase a disciplinas relacionadas aos objetivos educacionais e sociais do Movimento”*. Nesse caso, embora o movimento trabalhe com práticas revolucionárias, nem sempre seu projeto educativo o revela, dado que está baseado num modelo eclético, como já afirmado.

Ainda de acordo com o MST, nas escolas dos acampamentos e assentamentos, pretende-se mostrar aos alunos que o trabalho é gerador de riquezas e que o trabalhador deve saber a diferença entre relações de exploração e relações de igualdade na lida do campo. Nesse aspecto torna-se relevante a preocupação para que não se discrimine o trabalho manual diante do trabalho intelectual, como ocorre nas práticas educacionais dualistas, impostas pelo sistema capitalista.

Outro fator interessante, que o MST considera como sendo fundamental para que se alcance a democracia na escola é que o Movimento procura fazer com que seus membros, seja nos assentamentos ou acampamentos, participem da gestão das escolas locais, visto que segundo eles, *“todos devem decidir, respeitar as decisões tomadas em conjunto, executar o que foi determinado e avaliar os resultados efetivos de cada ação coletiva”*. O mesmo acontece com os alunos dentro das escolas, que podem observar seus problemas e tentar resolvê-los dentro da própria instituição de ensino.

Se a educação deve se dar em todos os níveis, não basta o investimento no ensino básico (infantil, fundamental e médio). É preciso trabalhar também na universidade. Nesse sentido, para impulsionar a formação superior, o Movimento está construindo a sua faculdade, através da Escola Nacional Florestan Fernandes, visando que essa estabeleça suas relações com a sociedade como um modelo de escola pública, gratuita e de qualidade (conforme defendido pelo sociólogo que dá nome à escola). A construção da universidade, porém, não é tão simples, pois relatos do próprio Movimento nos mostram que muitas dificuldades apareceram, tanto no momento de construir essa escola como na sua manutenção, dado que os gastos são bastante significativos para a classe trabalhadora. Daí a questão colocada para o Movimento: é possível construir uma universidade somente com a solidariedade dos trabalhadores? O Movimento vem tentando provar que sim.

A luta pelo acesso à escola pública tem sido uma constante na história do Brasil. Essa luta tem sido mais árdua para aqueles que, por razões variadas, destinaram-se ao campo para trabalhar e viver. Ao longo do tempo, muitas foram as propostas que surgiram, com vistas à eliminação do analfabetismo dos trabalhadores rurais, quase todas voltadas para a defesa de uma educação que, de alguma maneira, buscasse a fixação do trabalhador rural no campo.

Esse desejo de fixação do homem no campo por meio da pedagogia faz com que apesar da distância no tempo, haja um reencontro dos educadores do MST com os chamados ruralistas pedagógicos, pois muitas de suas propostas permanecem atuais, principalmente pelo fato de nunca ter sido implantadas, sendo ainda hoje defendidas pelos movimentos de trabalhadores que lutam pela terra, embora se reconheça que hoje a população que vive no campo é infinitamente menor que aquela da primeira metade do século XX.

As condições de vida do homem do campo hoje são bastante diferentes, mas em termos de renda, para os pequenos proprietários de terra, assentados e acampados não avançaram muito, apesar da tecnologia disponível. Mesmo com a disponibilidade de energia elétrica, asfaltamento de grandes parcelas das rodovias vicinais e a presença da telefonia rural, alguns dos instrumentos reivindicados pelos ruralistas, a grande maioria dos trabalhadores do campo ainda não conseguiu acesso a esses bens.

Também é necessário considerar que o êxodo rural só tem aumentado nos últimos cinquenta anos, inchando os grandes centros urbanos e ampliando a miséria daqueles que trabalhavam na roça e migraram para a cidade, em busca de uma vida mais digna. Contribuíram, para esse êxodo rural, a falta de uma reforma agrária que levasse em conta os interesses dos trabalhadores e que possibilitasse a fixação do homem no campo a partir da conquista da terra, de forma que lhe possibilitasse tirar dela o seu sustento e a implementação de políticas agrícolas que visavam a concentração de capital nas mãos de uma pequena parcela de nossa elite.

Apesar das lutas dos trabalhadores, a educação praticada no campo não passou por mudanças profundas que induzissem a uma melhora nas condições do trabalhador rural, mormente no que diz respeito à utilização de equipamentos modernos para a lavoura. As políticas agrícolas adotadas pelos vários governos que passaram pela administração pública nos últimos cinquenta anos, têm contribuído para dificultar tanto o acesso à terra, como a permanência de pequenos proprietários que dela tiravam seu sustento, tornando-se ainda, fator impeditivo para que os trabalhadores pudessem adquirir maquinários e implementos que pudessem ser utilizados como instrumentos de trabalho.

Mesmo com toda a luta com vistas à reestruturação do currículo escolar, este permanece da mesma forma, voltado para os alunos dos centros urbanos, inclusive com os seus conteúdos que tratam de temáticas referentes a esse meio. O ano escolar baseado no “ano civil” tem sido outra tônica da discussão, pois não leva em conta as necessidades do homem do campo, que necessita de mão de obra nos períodos de plantio e de colheita, dificultando, dessa maneira, a permanência da criança na escola.

Outra importante discussão, aqui realizada, diz respeito à necessidade de se investigar se é recomendável ou mesmo desejável que tenhamos uma escola voltada exclusivamente para o homem do meio rural, dada a abrangência do conhecimento hoje disponível na sociedade. O saber construído por toda a sociedade deve estar acessível a todos os povos, embora, ao mesmo tempo, exista um saber específico que poderá auxiliar no desenvolvimento de algumas práticas, que poderiam beneficiar aqueles setores sociais que a eles se dedicam, tanto no plano econômico como em qualquer outro setor social.

O MST tem trabalhado também para desenvolver a questão educativa visando à eliminação do analfabetismo existente tanto em seus quadros quanto na sociedade em geral. Chama atenção também o discurso de que, segundo seus dirigentes, é de fundamental importância que os filhos dos agricultores permaneçam no campo, que dêem continuidade à luta pelo acesso a terra, partilhando as tradições e o projeto social do movimento. Em outras palavras, os dirigentes desse movimento consideram que a luta por uma reforma agrária e por uma sociedade socialista não deve parar jamais, pois somente assim se construirá o homem novo almejado pelo movimento. A educação é, nesta perspectiva, compreendida como sendo fundamental nesse processo, pois ao se educar para a permanência no campo, poder-se-ia ter a continuidade da luta pela terra.

A luta para que o trabalhador rural permaneça no campo, mais do que um problema pedagógico, deve ser vista como um problema econômico, pois há grandes dificuldades de se permanecer na roça para aqueles que não têm terra suficiente para produzir de acordo com as necessidades do mercado, mesmo que ainda existam aqueles que insistem em se

manter como meeiros, arrendatários ou parceiros, praticamente inviabilizados pelas condições de vida oferecidas naquele ambiente. Outro fator de estimulação da luta do sem terra, vem do fato de o Estado doar a propriedade da terra, ao invés da concessão de uso, o que possibilita que em alguns momentos, pessoas menos comprometidas com a luta vendam seu pedaço de terra e voltem para a luta.

Outro problema para o trabalhador assentado está no tamanho da propriedade, pois a terra recebida por cada família, é suficiente apenas para o seu sustento. No momento em que os filhos dos assentados passam a constituir novas famílias, tornam-se novos trabalhadores sem terra, demandando novas lutas para a conquista de seu lote, o que torna a luta infundável.

Por outro lado, ainda quando tratamos da questão educacional, ao relacionarmos os atuais sem terra com defensores da educação rural na primeira metade do século passado, devemos considerar que um dos maiores problemas do país, segundo a ótica dos defensores do ruralismo pedagógico, era o de que o homem rural tinha uma cultura própria, com necessidades específicas, devendo, portanto requerer soluções apropriadas para si, iniciando essa formação pela alfabetização, pois suas necessidades eram vistas como sendo diferentes das necessidades do homem de vida urbana, sendo muitas vezes compreendidas até mesmo como antagônicas. Essa compreensão não foi, ainda, totalmente superada.

Entendimento semelhante aos dos ruralistas, era compartilhado por Ruth Ivoty Torres da Silva, que afirmava, em seu texto sobre educação na zona rural, que no campo conservavam-se formas tradicionais de vida em comunidade, há muito desaparecidas na cidade, dado que a família rural sempre manteve a forma de vida de trabalho, sob a autoridade do chefe, num verdadeiro regime patriarcal (SILVA, 1970, p. 13).

Além desses aspectos comuns aos trabalhadores rurais, as próprias dimensões políticas e religiosas do roceiro eram vistas como sendo diferentes das dimensões político-religiosas do homem urbano, sendo o primeiro, via de regra, em termos morais e políticos, considerado muito mais conservador que este último.

Outro aspecto fundamental para a manutenção ou não do homem no campo está nas funções assumidas pelas administrações públicas dos vários governos brasileiros. Nesse sentido, Ruth Ivoty Torres da Silva corrobora com o pensamento de Sud Menucci, também no que diz respeito ao papel do Estado em suas ações na zona rural. Para ambos, os governantes têm sistematicamente abandonado as áreas interioranas e concentrado seus investimentos nos meios urbanos, lugar de maior concentração de pessoas e, portanto, com maior potencial de voto nos momentos de eleições. Daí Silva afirmar que

o homem rural manifesta desconfiança para com o Estado, vendo nas leis encargos e não benefícios. Em relação à escola revela incompreensão das vantagens da educação, pelo afastamento dos filhos, assim que os pode utilizar no trabalho, prejudicando sua frequência regular e sua permanência na mesma (SILVA, 1970, p. 13).

Essas práticas dos órgãos públicos, via de regra, eram condenadas pelos defensores do ruralismo pedagógico. Em um de seus discursos, pronunciado na cidade de Salvador/BA, Sud Menucci, (1946, p. 8), ao fazer sua saudação ao sertanejo, chamava a atenção para a existência de um Brasil ainda desconhecido, o Brasil do sertanejo, afirmando reconhecer a existência desse outro Brasil que a costa fazia questão de ignorar. Naquele discurso, ele afirmava que o Brasil de verdade localizava-se naquela área, enquanto que o Brasil do lado de cá não passava do “Brasil da mentira, o Brasil da

caricatura, o Brasil da contrafação, o Brasil que não está em harmonia com os anseios, com os desejos, com as aspirações da grande massa de seu povo”. Alegava ainda que aquela gente do sertão e da floresta era a única que possuía o espírito da terra,

a única que, em a dominando, soube criar dentro do habitat brasileiro, uma civilização atrasada, inegavelmente, retardatária, sem dúvida, primitiva, por certo, mas original e forte, inteiriça e integral como todas as cousas simples e sinceras que se inspiram honestamente e galhardamente no ambiente das realidades nacionais (MENUCCI, 1946, p. 8).

O MST entende que, por ser uma organização social, precisa dar respostas às necessidades de toda a população, por isso, deve lutar para ampliar a conquista da terra para os sem terras e, com isso, melhorar a produção nos assentamentos; possibilitar o ingresso de toda sua base social na escola - eliminando o analfabetismo, ampliando as conquistas sociais de todos os acampamentos e assentamentos. Para tanto, entende ser necessário ter todos os seus setores funcionando com vistas a transformação social e assim contribuir para eliminar as injustiças e a fome de milhões de brasileiros.

Por ser uma organização nacional, suas lutas são nacionais, bem como suas necessidades, desafios e conquistas. Daí entenderem que sua força está neste caráter nacional de sua luta. Para isso entendem que precisam de um espaço de convivência, de intercâmbio de experiências, de fortalecimento dos valores, de cultura, de análise, de estudo. O que eles chamam de "laboratório", que renovem suas esperanças e se transformem em "fermento" para as permanentes lutas do movimento.

Sendo assim, o MST entende que a Escola Florestan Fernandes deve ser uma escola de formação de lideranças, onde se deve discutir sobre a realidade brasileira, a história do Brasil e a luta pela terra para que “*aprendam a defender o meio ambiente construindo um novo projeto de desenvolvimento rural agroecológico*”. Que construam novas relações sobre os valores da solidariedade, da ética, do respeito, das relações de gênero e etnia. Mas também que se preocupe com a educação e atualização técnica e formal através da formação de professores, de técnicos em administração cooperativista, oficinas nas diversas áreas da arte, da comunicação, entre outras.

Ainda de acordo com o Movimento sem terra a Escola Nacional Florestan Fernandes vem sendo construída como um símbolo da necessidade do estudo como um valor que se coloca como condição fundamental para a construção de um projeto alternativo, digno, solidário, humano onde se respeite a cultura e a história de uma nação. Para tanto a Escola Nacional deverá ser o “modelo de escola pública, gratuita e de qualidade, construída pela solidariedade e pelo trabalho voluntário” (www.mst.org.br). Nessa escola deve-se construir um modelo em que o estudo e o trabalho apareçam como valores fundamentais para a transformação da consciência, tida como condição básica para a transformação da realidade brasileira.

Como foi possível perceber, a luta pela educação implementada pelo movimento denominado de ruralismo pedagógico e pelo MST em muito se assemelham, embora em ambos os casos não se tenham sido amparadas pelas políticas governamentais, o que nos permite enfatizar que, embora a luta dos trabalhadores seja feita de avanços e retrocessos, a luta pela educação rural não tem conseguido avançar a ponto de possibilitar aos trabalhadores rurais uma pedagogia autônoma como querem suas lideranças políticas e intelectuais. A reforma agrária, objetivo principal do MST, não constava dos planos do grupo que o antecedeu, dado que Sud Mennucci acreditava que a sociedade deveria evitar

conflitos. Para tanto, defendia que os latifundiários, por sua benevolência, poderiam doar partes das suas terras para serem distribuídas aos trabalhadores rurais.

Evidencia-se, portanto, que as condições objetivas de fixação do trabalhador rural no campo dependem de medidas econômicas que favoreçam a sua permanência na roça e não das pedagogias impostas em determinados momentos, ou dos esforços despendidos por meio de educação. São as condições reais de sobrevivência, ligadas à maneira como os trabalhadores se organizam, para produzirem sua existência, que determinam suas formas de vida e não as idéias produzidas pelos homens em um dado habitat.

Por outro lado, caberia perguntar até que ponto uma pedagogia específica para o meio rural constituiria em avanço para o setor? Faz-se necessário indagar também, se mais importante não seria que toda a sociedade tivesse acesso a todas as informações que lhes interessassem, e se todas as tecnologias não deveriam estar disponíveis a todos os ramos de produção. Nesse caso, a luta por uma educação ruralista não seria mais um retrocesso na defesa da educação do homem do campo? Cremos que estas questões poderão ser discutidas em trabalhos futuros.

Para concluir, devemos reafirmar que embora o MST traga propostas avançadas no que diz respeito à gestão, que entende que deveria ser pública, no que diz respeito à proposta de educação para todos, naquilo que é essencial, como o conteúdo a ser ensinado e as formas de ensinar ainda carece de muita discussão, pois ainda não avançou o suficiente na direção da construção de uma proposta de currículo democrático e que possibilite o acesso de toda a sociedade ao ensino superior. Uma proposta de educação única nos ensinos fundamental e médio, que possibilite ao educando a escolha de uma profissão no momento em que tivesse maturidade para tal. A proposta de fixação do homem a terra por meio da pedagogia também nos parece um retrocesso, pois isso não seria necessariamente revolucionário, dado que não acompanharia o desenvolvimento técnico científico que a sociedade produz.

A discussão a respeito da educação proposta pelo ruralismo pedagógico, bem como aquela praticada pelos Trabalhadores Rurais Sem-terra, sobretudo este último por estar em movimento, não se esgotará aqui, mas possibilitará que outros trabalhos possam avançar nessas pesquisas, dado que a dinâmica da realidade fará com que tudo o que ora se está estudando e fazendo venha a se transformar, pois como dizia Lenine, “tudo que é sólido se desmancha no ar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Cooperação Agrícola nos Assentamentos, MST, C. F. 20, 1993.

A Escola da Zona Rural, São Paulo: FDE, 1988.

ANTUNIASSI, Maria Helena R., *Trabalhador infantil e escolarização no meio rural*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1983.

ARGUMEDO, Manuel, *Educacion y Desarrollo Rural, Sembrando Ideas: reflexiones para la educacion rural*, Universidade Católica de Chile, Santiago, 1989.

ARROYO, Miguel. G. *Escola, cidadania e participação no campo*. Brasília: Em aberto, setembro, 1982.

BEZERRA NETO, Luiz, *Sem-terra Aprende e Ensina: Estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais*, Campinas: Autores Associados, 1999.

CALDART, Roseli. Salete, *Educação em Movimento: Formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____, *Pedagogia do Movimento Sem-terra*, Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, Humberto. Martins de, *Tática reformista, estratégia revolucionária*. In: STÉDILE, J. P. *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da universidade. Universidade Federal do RS, 1994. pp. 255-258.

GAJARDO, Marcela, *Enseñanza Basica en las Zonas Rurales*. Chile: UNESCO/OREALC, 1988.

GRZYBOWSKI, Cândido, *Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas*. In: STÉDILE, João. Pedro. *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da universidade. Universidade Federal do RS, 1994, pp. 285-297.

HADDAD, Sérgio. DI PIERRO, Maria. Clara, *A educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra em Bagé e Sarandi (RS)*. Brasília: INEP, 1994.

LEÃO, Antônio. Carneiro, *Sociedade rural: seus problemas e sua educação*. Rio de Janeiro, s/d.

_____, *O ensino na capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, de Rodrigues & C. 1926.

MAKARENKO. Anton *Poema Pedagógico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MENUCCI, Sud. *Pelo sentido ruralista da civilização: subsídios para a historia do ensino rural no estado de São Paulo (1892-1935)* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

_____, *100 anos de instrução pública, 1822-1922*. Col. Assuntos Sociais, v. CCIII. Ed. Salles Oliveira, Rocha Cia. 1932a.

_____, *A Ruralização*: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1944.

_____, *Aspectos Piracicabanos do Ensino Rural*: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 1934.

_____, *Crise brasileira de educação*: São Paulo: Editora Piratininga, 2ª edição, 1934.

_____. *O que fiz e o que pretendia fazer: defesa e fundamentação da reforma do ensino de 1932*. São Paulo: Editora Piratininga. 1932b.

_____, *Discursos e conferências ruralistas*. São Paulo, (1946).

MST, *Cadernos de formação* nº 18, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *O campo brasileiro no final dos anos 80*. In STÉDILE João Pedro. *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS. 1994.

PALMEIRA, Maria. José. de O. (coord) *Educação e a Construção da Cidadania do Homem do Campo*. Editora OEA UFBA EGBA. 1990.

SILVA, Ruth. Ivoti Torres, *A escola primária rural*. Porto Alegre: Editora Globo, 1952.
www.mst.org.br, acessado em 19/01/2006